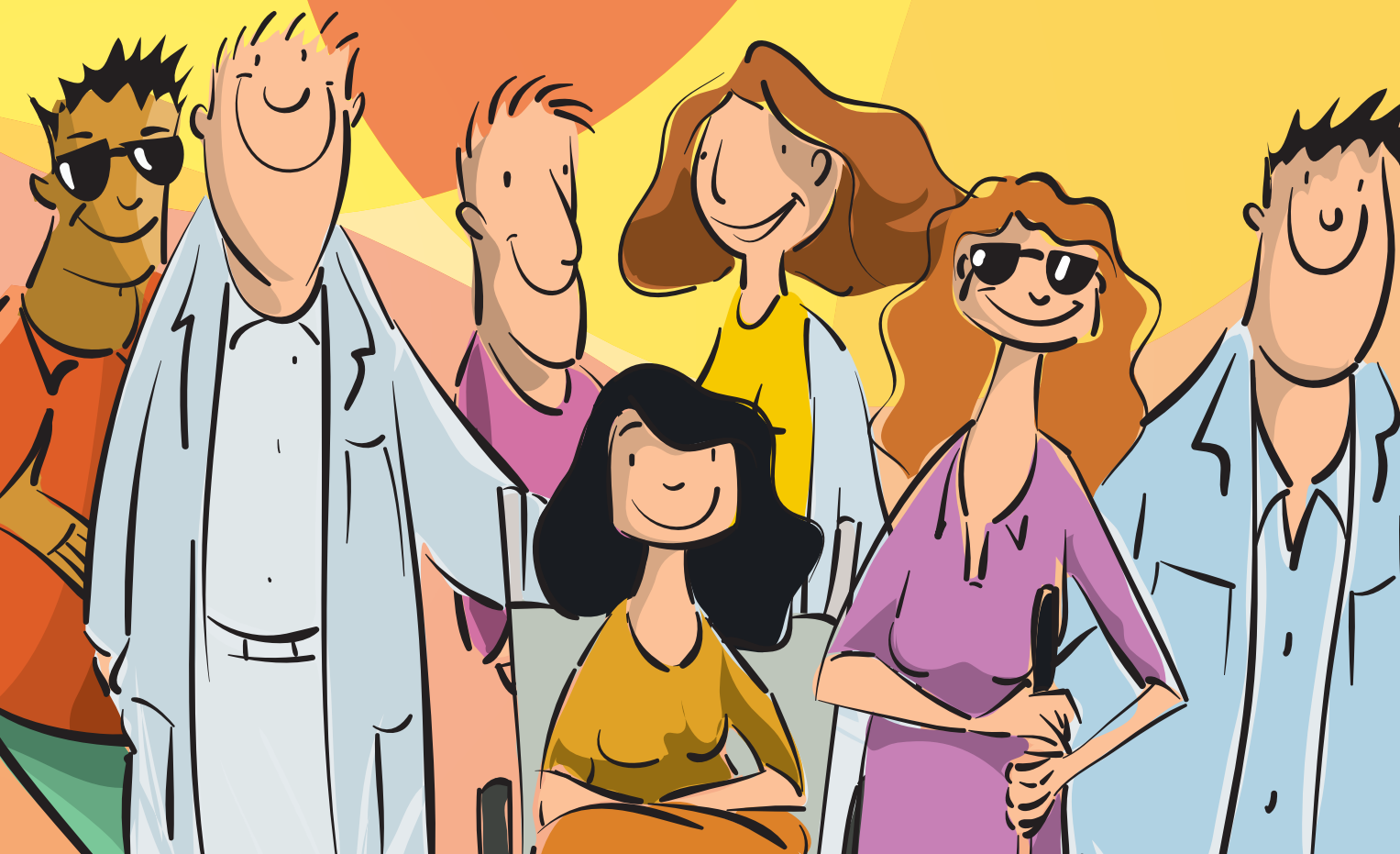


CARAVANA DA INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E CIDADANIA





CARAVANA DA INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E CIDADANIA

Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania

Publicação disponível para download em formato acessível
<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br>



Secretaria de Estado dos Direitos
da Pessoa com Deficiência



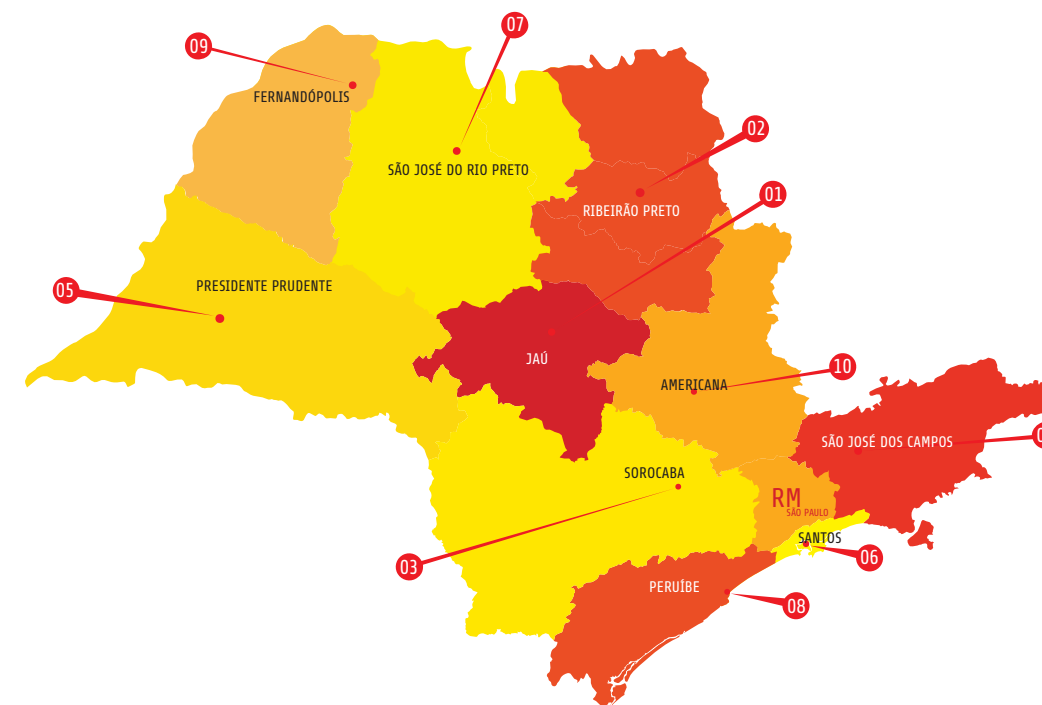
1.	Introdução	6
2.	Rede Lucy Montoro	13
3.	Empregabilidade	21
4.	Desenho Universal	27
5.	Educação Física, Paradesporto e Lazer	37
6.	Cidadania, Direitos e Valorização do Voto	47



CARAVANA DA INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E CIDADANIA

A **Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania** é uma ação da **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, em parceria com a **UVESP - União de Vereadores do Estado de São Paulo, Rede Lucy Montoro** e apoio do **Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência – CEAPcD**, realizada com o objetivo de mobilizar e conscientizar a sociedade para a necessidade de consolidarmos políticas públicas inclusivas, que contemplem os direitos de todas as pessoas com deficiência e beneficiem toda a população.

Entre os meses de abril e agosto de 2010, estão programados dez encontros regionais, reunindo Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Autoridades Municipais, Gestores Públicos, Pessoas com Deficiência e representantes da Sociedade Civil de todos os Municípios do Estado de São Paulo, como segue:



01 - Jaú - 10 de abril
 02 - Ribeirão Preto - 24 de abril
 03 - Sorocaba - 15 de maio
 04 - São José dos Campos - 29 de maio
 05 - Presidente Prudente - 12 de junho

06 - Santos - 26 de junho
 07 - São José do Rio Preto - 17 de julho
 08 - Peruíbe - 31 de julho
 09 - Fernandópolis - 14 de agosto
 10 - Americana - 28 de agosto

Cidade-Sede	Regiões Contempladas	Data
Jaú	37 municípios: Jaú, Ubirajara, Itirapina, Brotas, Torrinha, Mineiros do Tietê, Dois Córregos, Dourado, Ribeirão Bonito, Bocaina, Bariri, Itaju, Boracéia, Arealva, AVAL, Presidente Alves, Bauru, Pedreiras, Agudos, Macatuba, Borebi, Lençóis Paulista, Paulistânia, Cabrália Paulista, Lucianópolis, Duartina, Piratininga, Itapui, Barra Bonita, Igarapé do Tietê, Arelópolis, São Manoel, Pratânia, Botucatu, Anhembi, Bofete, Pardinho.	10 abril
Ribeirão Preto	71 municípios: Ribeirão Preto, Trabiú, Jeriquara, Guaiara, Miguelópolis, Aramina, Igarapava, Rifaina, Pedregulho, Buritizeira, Ituverava, Cristais Paulista, Ribeirão Corrente, Franca, Patrocínio Paulista, Itirapuã, Restinga, São José da Bela Vista, Guarã, Ipuã, São Joaquim da Barra, Nuporanga, Orlandia, Morro Agudo, Sales Oliveira, Batatais, Altinópolis, Brodowski, Santo Antônio da Alegria, Jardinópolis, Pontal, Pitangueiras, Taquaral, Jaboticabal, Monte Alto, Taquaritinga, Santa Ernestina, Guariba, Pradópolis, Dumont, Sertãozinho, Barrinha, Guataparã, Rincão, Motuca, Dobrada, Matão, Tabatinga, Nova Europa, Gavião Peixoto, Araraquara, Américo Brasiliense, Santa Lúcia, Ibatê, São Carlos, Descalvado, Santa Rita do Passa Quatro, Luis Antônio, Cravinhos, Serrana, Serra Azul, Cajuru, Santa Cruz da Esperança, Cássia dos Coqueiros, São Simão, Santa Rosa do Viterbo, Tambauá, Santa Cruz das Palmeiras, Pirassunga, Porto Ferreira, Boa Esperança do Sul.	24 abril
Sorocaba	87 municípios: Sorocaba, Itaporanga, Iperó, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Embu, Taboão da Serra, Cotia, Itapevi, Osasco, Carapicuíba, Barueri, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Cabreúva, Itu, Salto, Araçariguama, São Roque, Mairinque, Alumínio, Vargem Grande Paulista, Ibiúna, Piedade, Tapiraí, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, Votorantim, Araçoiaba da Serra, Capela do Alto, Boituva, Porto Feliz, Tietê, Jumarim, Pereiras, Conchas, Laranjal Paulista, Cesário Lange, Cerquilha, Tatuá, Quadra, Porangava, Guareí, Torre de Pedra, Alambari, Sarapu, Itapetininga, São Miguel Archanjo, Ribeirão Grande, Capão Bonito, Buri, Taquarivaí, Itapeva, Iporanga, Apiaí, Itaoca, Ribeira, Bom Sucesso de Itararé, Barra do Chapéu, Ribeirão Branco, Nova Campina, Itararé, Riversul, Itaberá, Paranapanema, Itai, Taquarutuba, Taguaí, Coronel Macedo, Fartura, Tejuapá, Itapirapuã Paulista, Pirajú, Arandu, Avaré, Cerqueira César, Iaras, Itatinga, Angatuba, Sarutaiá, Manduri, Águas de Santa Bárbara, Campina do Monte Alegre, Barão de Antonia, Guarapiara.	15 maio
São José dos Campos	46 municípios: Aparecida, Arapeí, Arealas, Bananal, Biribitá Mirim, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatuba, Cruzeiro, Cunha, Guararema, Guaratinguetá, Igaratá, Ilha Bela, Jacaré, Jambéiro, Joanópolis, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Nazaré Paulista, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Piracacia, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luís do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé, Ubatuba.	29 maio
Presidente Prudente	104 municípios: Adamantina, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Anhumas, Arco-Iris, Assis, Bastos, Bernardino de Campos, Bora, Caiabu, Caiuá, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Canitar, Chavantes, Cruzada, Dracena, Echaporã, Emilianópolis, Espírito Santo do Turvo, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Fernão, Flora Rica, Florida Paulista, Flórina, Gália, Garça, Hercúlandia, Iacri, Ibirarema, Iepê, Indiana, Inúbia Paulista, Ipaussú, Irapuru, João Ramalho, Júlio Mesquita, Junqueirópolis, Lucélia, Lupércio, Lutécia, Marabá Paulista, Maracá, Mariápolis, Marília, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Monte Castelo, Nantes, Nandubá, Nova Guataporanga, Ocaúçu, Óleo, Oriente, Oscar Bressane, Osvaldo Cruz, Ourinhos, Duro Verde, Pacaembu, Palmital, Panorama, Paraguaçu Paulista, Parapuã, Paulicéia, Pedrinhas Paulista, Piquero, Pirapozinho, Platina, Pompéia, Pracinha, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Quatã, Queiroz, Quintana, Rancheira, Regente Feijó, Ribeirão do Sul, Ribeirão dos Índios, Rinópolis, Rosana, Sagres, Salmourão, Salto Grande, Sandovalina, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Mercedes, Santo Anastácio, Santo Expedito, São João do Pau D'Alho, São Pedro do Turvo, Taciba, Tarabai, Tarumã, Teodoro Sampaio, Timburi, Tupã, Tupi Paulista, Vera Cruz.	12 junho
Santos	06 municípios: Bertogioga, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos, São Vicente.	26 junho
São José do Rio Preto	119 municípios: Adolfo, Altair, Alto Alegre, Álvares Florence, Américo de Campos, Ariranha, Avanhandava, Bady Bassitt, Balbinos, Bálsamo, Barbosa, Barretos, Bebedouro, Bilac, Birigui, Borborema, Braúna, Brejo Alegre, Buritama, Caflândia, Cajobi, Cândido Rodrigues, Cardoso, Catanduva, Catiguá, Cedral, Clementina, Colina, Colômbia, Coroados, Cosmorama, Elisário, Embaúba, Fernando Prestas, Floreal, Gabriel Monteiro, Gastão Vidigal, Getulina, Glicério, Guaiçara, Guaimbê, Guapiçu, Guaraci, Guarantã, Iacanga, Ibirá, Ibitinga, Icém, Ipiçua, Irapuã, Itajobi, Itápolis, Jaborandi, Jaci, José Bonifácio, Lins, Lourdes, Luiziânia, Macauba, Magda, Marapoama, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monções, Monte Aprazível, Monte Azul Paulista, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Nova Luzitânia, Novais, Novo Horizonte, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Palmares Paulista, Paraíso, Parisi, Paulo de Faria, Penápolis, Piacatu, Pindorama, Pirajui, Pirangi, Planalto, Poloni, Pongai, Pontes Gestal, Potirendaba, Promissão, Reginópolis, Riolândia, Sabino, Sales, Santa Adélia, Santópolis do Aguapeí, São José do Rio Preto, Sebastianópolis do Sul, Severínia, Tabapuã, Taiacú, Taiúva, Tanabi, Terra Roxa, Turiúba, Ubarana, Uchôa, União Paulista, Uru, Urupeês, Valentim Gentil, Viradouro, Vista Alegre do Alto, Votuporanga, Zacarias.	17 julho
Peruibe	17 municípios: Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Itanhaém, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Mongaguá, Pariquera-Açú, Pedro de Toledo, Peruibe, Registro, Sete Barras.	31 julho
Fernandópolis	57 municípios: Andradina, Aparecida D'Oeste, Araçatuba, Aspásia, Auriflâma, Bento de Abreu, Castilho, Dirce Reis, Dolcinópolis, Estrela D'Oeste, Fernandópolis, General Salgado, Guaraçá, Guarani D'Oeste, Guararapes, Guzolândia, Ilha Solteira, Indaiaporã, Itapurá, Jales, Lavinia, Macedônia, Marinópolis, Meridiano, Mesópolis, Mira Estrela, Mirandópolis, Muru-tinga do Sul, Nova Canaã Paulista, Nova Castilho, Nova Independência, Ouroeste, Palmeira D'Oeste, Parapuã, Pedranópolis, Pereira Barreto, Pontalinda, Populina, Rubiácea, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita D'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, Santo Antônio do Aracanguá, São Francisco, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, Sud Mennucci, Suzanópolis, Três Fronteiras, Turmalina, Urânia, Valparaíso, Vitória Brasil.	14 agosto
Americana	101 municípios: Aguai, Águas da Prata, Águas de Lindóia, Águas de São Pedro, Americana, Amparo, Analândia, Araras, Artur Nogueira, Arujá, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Caconde, Caieiras, Cajamar, Campinas, Campo Limpo Paulista, Capivari, Casa Branca, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Cosmópolis, Diadema, Divinolândia, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Ipeúna, Iracemópolis, Itapira, Itaquaquecetuba, Itatiba, Itobi, Itupeva, Jaguariúna, Jandira, Jarinu, Jundiá, Leme, Limeira, Lindóia, Louveira, Mairiporã, Mauá, Mococa, Mogi das Cruzes, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Mombuca, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedra Bela, Pedreira, Pinalzinho, Piracicaba, Poá, Rafard, Ribeirão Pires, Rio Claro, Rio das Pedras, Rio Grande da Serra, Saltinho, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, Santo André, Santo Antônio de Posse, Santo Antônio do Jardim, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Paulo, São Pedro, São Sebastião da Gramma, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Suzano, Tapiratiba, Tuiuti, Valinhos, Vargem, Vargem Grande do Sul, Várzea Paulista, Vinhedo.	28 agosto

Em cada encontro, são apresentados importantes temas da agenda programática da **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, todos eles fundamentais para a plena inclusão da pessoa com deficiência, a saber:

- Rede Lucy Montoro;
- Empregabilidade;
- Desenho Universal;
- Educação Física, Paradesporto e Lazer;
- Cidadania, Direitos e Valorização do Voto;

Seguidos de debate, com ampla possibilidade de participação do público presente.

Estes temas são abordados de forma clara e objetiva nesta publicação, que visa dar subsídios aos atores sociais dos Municípios no processo de transformação rumo a uma sociedade mais justa, diversa e inclusiva.

Outras questões de igual importância, como Educação, Transporte, Tecnologia Assistiva, Acessibilidade Digital e Governo Eletrônico, entre outros, também prioritários para as pessoas com deficiência, são tratados nos textos abaixo, bem como na Caravana, criando, assim, um cenário temático completo para políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, seus familiares e entorno, mas, de forma mais ampla, a todos os cidadãos.

Segundo dados do Censo de 2000, no Estado de São Paulo há 4,3 milhões de pessoas com deficiência, 24,6 milhões no Brasil, que exigem condições específicas para o pleno exercício de sua cidadania. Estimativas preliminares ao Censo 2010 apontam crescimento significativo desses números, ultrapassando o percentual de aumento populacional no mesmo período, o que exige empenho dobrado nas ações que devemos empreender.

PARA UMA SOCIEDADE MAIS DIVERSA E INCLUSIVA, É NECESSÁRIO QUE TODOS SE ENVOLVAM, PARTICIPEM E MOBILIZEM SUAS BASES.

Dois anos de Inclusão – 2008 a 2010

A **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência** foi criada pela Lei nº 1.038, em março de 2008, aprovada por unanimidade pela Assembléia Legislativa de São Paulo. A iniciativa do Governo do Estado é fruto da reivindicação da sociedade e tem como objetivo articular e desenvolver ações e políticas públicas voltadas à população com deficiência, por meio de parcerias com outras Secretarias de Estado, órgãos públicos dos três Poderes, empresas e instituições, em âmbitos federal, estadual e municipal.

Junto aos Municípios, em termos administrativos, uma de suas bandeiras tem sido incentivar a criação de instâncias municipais (secretarias, coordenadorias, diretorias ou assessorias), voltadas à promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Dezenas de cidades já podem contar com um órgão especializado e focado nestas questões, endereçando as demandas da população, articulando com as demais pastas da gestão municipal e formando uma rede de interlocução direta com a **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo**, primeiro Estado a contemplar um sistema tão amplo em prol desse segmento.

Em parceria com o **Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência – CEAPcD**, também apóia a implementação de Conselhos Municipais em todo o Estado.

Em resumo, é possível entender o papel da **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência** por suas definições institucionais:

MISSÃO

Garantir o acesso das pessoas com deficiência no Estado de São Paulo a todos os bens, produtos e serviços existentes na sociedade.

VISÃO

Transformar-se em referência mundial em articulação, implementação e monitoramento da inclusão social de pessoas com deficiência até 2015.

VALORES

Foco em Resultado, Ética, Protagonismo e Sinergia.

Resultado

Toda ação empreendida em nossa Secretaria deve conduzir a RESULTADOS PRÁTICOS que melhorem a Qualidade de Vida da pessoa com deficiência.

Ética

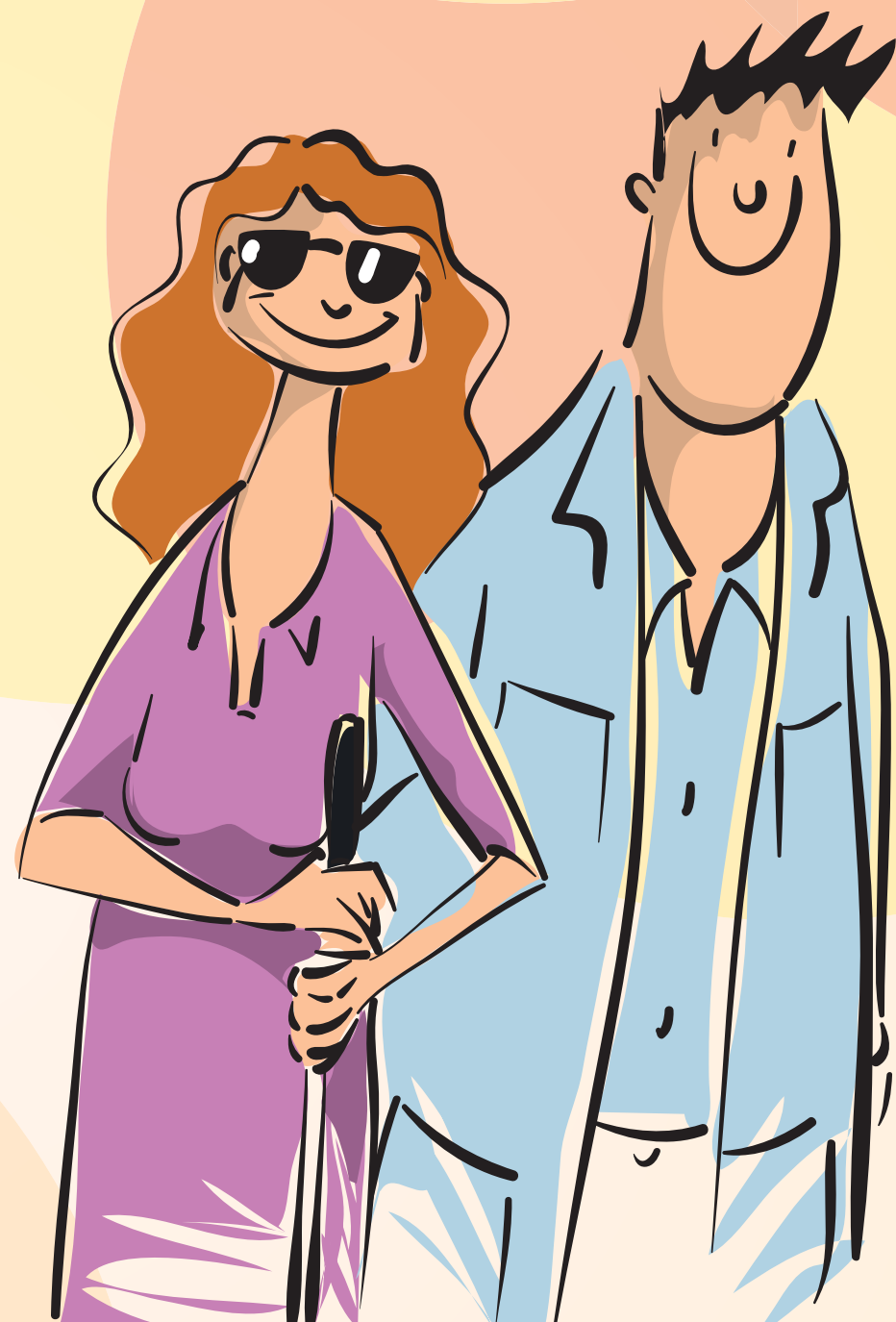
Para gerar bons resultados devemos RESPEITAR TODAS AS PESSOAS IMPACTADAS pelas decisões tomadas.

Protagonismo

Temos que ser pioneiros e criativos em nossas ações para que as pessoas com deficiência exerçam o seu DIREITO DE ESCOLHA.

Sinergia

As PARCERIAS internas e externas viabilizam a pluralidade e agilidade necessárias para a tomada de decisão.



Rede de Reabilitação Lucy Montoro

A **Rede de Reabilitação Lucy Montoro**, criada pelas **Secretarias de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Saúde**, em parceria com renomadas instituições de ensino, tem como objetivo, por meio da saúde e reabilitação, levar qualidade de vida e habilitar plenamente a pessoa com deficiência para o exercício de seus direitos.

O que é?

Em uma primeira fase, a **Rede de Reabilitação Lucy Montoro** será composta por 18 unidades fixas, construídas em regiões estratégicas do estado de São Paulo. Essas unidades, quando totalmente implementadas, terão capacidade de atendimento de aproximadamente 100 mil pessoas por mês. Sua proposta é oferecer condições para que a pessoa com deficiência se insira efetivamente na sociedade, a partir do desenvolvimento de suas habilidades físicas e psicológicas.

Além das unidades fixas, há uma unidade móvel, itinerante, que percorre o Estado de São Paulo, equipada com consultórios, oficinas de órteses e próteses, banheiro adaptado e elevador hidráulico, para atender pacientes em macas e cadeiras de rodas.

O que oferece?

Tanto as unidades fixas como a móvel oferecem atendimento multidisciplinar, por uma equipe que envolve médicos fisiatras, psicólogos, enfermeiros, nutricionistas, assistentes sociais, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, entre outros.

O foco da **Rede Lucy Montoro** é o atendimento a pessoas com lesão medular (paraplegia e tetraplegia), paralisia cerebral, hemiplegia e outros comprometimentos de movimento, contando, para tanto, com protocolos e técnicas próprias, bem como tecnologias e equipamentos inéditos no Brasil.

Unidades no Interior

A **Rede de Reabilitação Lucy Montoro** nasceu com a proposta de ser descentralizada e distribuída estrategicamente em pontos-chave do Estado de São Paulo, permitindo, assim, atendimento de qualidade, sem exigir que os cidadãos com deficiência tenham que fazer grandes deslocamentos e viagens.

No interior, todas as treze unidades têm previsão de inauguração para 2010 e objetivo de atender habitantes das cidades-sede e dos municípios de suas regiões. São elas:

1. **Botucatu:** terá capacidade mensal para atender 10 mil pessoas. É fruto de parceria com a Universidade Estadual Paulista – UNESP.
2. **Campinas:** em parceria com a Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e o Centro Infantil Boldrini, quando estiver em pleno funcionamento, terá capacidade para 10 mil atendimentos por mês.
3. **Fernandópolis:** com capacidade prevista para 8 mil atendimentos/mês, conta com parceria da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP.

4. **Jaú:** nasce com previsão de atender 10 mil pessoas por mês.
5. **Marília:** tem parceria com a Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA e capacidade prevista para atender 10 mil pessoas por mês.
6. **Pariquera-Açu:** terá capacidade para atender 8 mil pessoas de todo o Vale do Ribeira.
7. **Presidente Prudente:** em parceria com a Universidade Estadual Paulista – UNESP, terá capacidade para 8 mil atendimentos/mês.
8. **Ribeirão Preto:** é fruto de parceria com o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto e terá capacidade total de atendimento de 15 mil pessoas por mês.
9. **Santos:** a unidade tem a parceria do Centro Universitário Lusíada – UNILUS e atenderá a 10 mil pessoas/mês.
10. **São José dos Campos:** com capacidade para 8 mil atendimentos mensais, é resultado de parceria com a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.
11. **São José do Rio Preto:** parceria com a Faculdade de Medicina de Rio Preto – FAMERP, a unidade terá capacidade de atendimento para 8 mil pessoas por mês.
12. **Sorocaba:** em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, atenderá 10 mil pessoas por mês.
13. **Taubaté:** conta com parceria da Universidade de Taubaté – UNITAU e capacidade mensal de atendimento de 8 mil pessoas.

Unidades na Capital

Segundo o Censo do IBGE de 2000, a cidade de São Paulo tem 1.077.310 pessoas com deficiência, de um total de quase 5 milhões em todo o Estado. Para atender esse público, a Capital conta com cinco unidades da **Rede Lucy Montoro**, todas elas ligadas ao **Instituto de Medicina Física e Reabilitação – IMREA do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – HC FMUSP**:

1. **Clínicas:** está instalada no maior complexo hospitalar da América Latina, junto ao Hospital das Clínicas e à Faculdade de Medicina da USP. Oferece atendimento clínico multidisciplinar e, por estar na região da Av. Paulista, conta com grande facilidade de acesso via ônibus, Metrô e demais meios de transporte.



2. **Jardim Umarizal:** localizada na Zona Sul da Capital, atende pessoas das regiões de Santo Amaro, Campo Belo, Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim Ângela, Parelheiros e Grajaú. Possui espaço para cursos e palestras. Por mês, são atendidas aproximadamente 7 mil pessoas.
3. **Lapa:** localizada na Estação Especial Lapa, foi reformada em 2008 para ampliação do espaço para atendimento de reabilitação. Oferece cursos de capacitação profissional, como panificação, manutenção predial, informática, montagem e manutenção de computadores, esporte adaptado e oficinas terapêuticas (teatro, dança, artes têxteis e manuais, sensibilização musical, desenho, pintura e cerâmica). Também possui oficina para o desenvolvimento e adequação de cadeiras de rodas, de acordo com a necessidade individual de cada paciente.
4. **Santo Amaro:** tem 13,5 mil m², em 10 andares. Além de reabilitação, possui 80 apartamentos individuais, 20 consultórios, ala de diagnósticos, andar exclusivo para tratamento do público infantil, praça de convivência, sala de ginástica, piscina hidroterápica aquecida, sauna e capacidade de atendimento de 12 mil pessoas por mês.
5. **Vila Mariana:** contará com quadra poliesportiva, oficinas terapêuticas, oficina de órteses e próteses, piscina especial de hidroterapia, laboratório de função pulmonar e análise de movimento, espaço para condicionamento físico, salas para fisioterapia e terapia ocupacional.

Unidade Móvel

A Unidade Móvel é uma carreta de 15m de comprimento e 2,60m de largura, pesando 20 toneladas. Levou três meses para ser montada e adaptada, num trabalho que contou com dez profissionais. Tem elevador hidráulico e banheiro totalmente adaptado às necessidades da pessoa com deficiência, além de consultório médico, sala de espera e oficina ortopédica com salas de prova, de máquinas e de gesso. Sete profissionais da área da saúde fazem o atendimento (dois médicos fisiatras, dois técnicos em órteses e próteses, um fisioterapeuta, um terapeuta ocupacional e um enfermeiro).

Nos eventos da Caravana, a Unidade Móvel estará presente para atender as demandas das cidades-sedes e de suas regiões.

Telemedicina

Com a Telemedicina, profissionais especializados da **Rede Lucy Montoro** estão sendo treinados para que possam interagir, virtual e remotamente, com seus pares de outras unidades e até mesmo com outros centros médicos e de reabilitação do Brasil e do mundo. O objetivo desse trabalho é promover a capacitação continuada e o intercâmbio técnico constante das equipes de todas as unidades.

Paralelamente, estão sendo realizados estudos inéditos para o desenvolvimento do Notebook da Reabilitação, para que, à distância, após alta clínica, as pessoas com deficiência possam continuar se reabilitando, através de videoconferências, sessões de terapia ao vivo ou gravadas, cursos técnicos e até consultas médicas não presenciais.

Inovações Tecnológicas

A **Rede de Reabilitação Lucy Montoro** contará com tecnologias inéditas na área de reabilitação no Brasil. A ideia é democratizar as tecnologias disponíveis e formar um centro disseminador nacional de conhecimentos avançados sobre reabilitação para profissionais, estudantes e pessoas atendidas.

A Rede contará com equipamentos para equoterapia mecânica, que oferecem as vantagens da equoterapia (método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo para desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência) sem os riscos de quedas.

Também estão disponíveis para as pessoas com deficiência do estado, a Teletermografia, que avalia a temperatura através da emissão de radiação infravermelha da superfície corpórea, que auxilia no diagnóstico, tratamento e evolução de algumas doenças; Estimulação Magnética Transcraniana, metodologia inglesa de estímulo do sistema nervoso central, pela qual é possível provocar e obter respostas favoráveis ao condicionamento físico e progresso dos movimentos; Biofeedback com

Eletromiografia, sistema norte-americano de exercício com estímulo muscular, que mede o estímulo empenhado pelo equipamento e a respectiva resposta muscular do paciente; Bicicleta com Estimulação Elétrica Funcional oferecerá a quem sofreu com lesão medular a possibilidade de se exercitar num equipamento similar à bicicleta ergométrica; e Baropodometria, avaliação que identifica a distribuição das áreas de pressão na planta dos pés durante a marcha, útil para os tratamentos de dores crônicas, alterações de sensibilidade nos membros inferiores, tanto na cicatrização de feridas, quanto na correção de postura e movimentos e para se evitar deformidades.

Como receber atendimento?

Para receber atendimento na **Rede de Reabilitação Lucy Montoro**, os interessados podem obter informações pelo site www.reabilitahc.usp.br ou pelo telefone **(11) 3905-8700**, bem como junto a cada unidade.

É necessário agendar uma consulta inicial para triagem e indicação do tratamento adequado para cada paciente.





Empregabilidade

O que é?

Em uma época de extrema competição, o que significa incluir a pessoa com deficiência no mercado de trabalho? O emprego concede ao indivíduo dignidade e honradez; trabalho é sinônimo de progresso. Há, portanto, uma função social e econômica inerente a esta atividade. **Historicamente excluídas**, as pessoas com deficiência vivem um cotidiano complexo. Mesmo quando qualificadas, esbarram em estigmas anacrônicos que inviabilizam sua entrada no mercado de trabalho. Equivocadamente associadas à ineficiência, as pessoas com deficiência não encontram espaço para mostrar suas capacidades.

A criação da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, conhecida como Lei de Cotas, fixou um percentual das vagas das empresas para serem preenchidas por pessoas com deficiência. Entretanto, ainda há, apesar da legislação, falta de informação e preconceitos latentes.

O Ministério do Trabalho divulgou, em 2007, a partir da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que as empresas brasileiras de todos os portes

empregavam 348,8 mil pessoas com deficiência, o que representava menos de 1% da força de trabalho no mercado formal nacional naquele ano. Entre 2007 e 2008, houve queda de 7% na contratação de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho.

O assunto torna-se ainda mais premente quando há consciência de que a garantia de emprego deve estar atrelada ao conceito de cidadania. Não basta apenas a profissionalização. Para garantir a plena inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é necessário mudar comportamentos e incentivar uma cultura social que não aceite a discriminação.

O Estado, principalmente os Municípios, como empregadores, têm papel potencial fundamental nesse processo.

Preconceito

Quando o assunto é contratação de pessoas com deficiência, muitos preconceitos são revelados. Apesar de esforços e iniciativas de algumas instituições conscientes, ainda há discriminação e falta de conhecimento, o que dificulta o cumprimento da legislação.

Empregadores, desinformados, conduzem práticas errôneas na contratação das pessoas com deficiência. Para tanto, há medidas simples que podem auxiliar nesse processo:

- **Não adotar atitude diferenciada na análise de currículos; a contratação deve seguir o padrão da qualificação e não a ótica da restrição;**
- **O treinamento da pessoa com deficiência deve seguir o procedimento padrão aplicado às demais contratações;**
- **Esclarecer dúvidas dos colegas de trabalho para dissolver eventuais práticas excludentes;**
- **A comunicação corporativa é fundamental para quebrar barreiras atitudinais, inclusive com ferramentas virtuais (blogs, newsletters, redes sociais), além de TV, revistas, jornais, rádio etc.**

Adaptações

Falta conhecimento quanto à adaptação arquitetônica dos locais de trabalho. Falar em “necessidade de adaptação” significa dizer que algo foi construído sem contemplar a acessibilidade de todos os cidadãos. Nenhuma planta de edificação, de qualquer segmento da sociedade, deveria ser aprovada sem a total garantia de acesso a todos os indivíduos. Quando as instituições, empresas ou governos fazem adequações em suas instalações, a fim de promover o ingresso acessível para todos em qualquer espaço, estabelece vínculo respeitoso para com os funcionários e influencia a sociedade.

Os parâmetros para a construção ou a adaptação de espaços físicos estão contidos no conceito de Desenho Universal.



Legislação

A Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, mais conhecida como Lei de Cotas, fixa um percentual dos cargos das empresas para serem preenchidos por pessoas com deficiência, na seguinte proporção:

- Até 200 empregados 2%
- De 201 a 500 3%
- De 501 a 1.000 4%
- 1.001 em diante 5%

Desde sua implementação, em 1991, e com a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho, a Lei de Cotas vêm representando fator diferencial para a crescente presença de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

O Estado de São Paulo lidera o ranking dos estados que se empenham no cumprimento desta importante Lei, resultando em aproximadamente 40% do total de pessoas com deficiência inseridas em empresas de grande porte. Mas há muito o que fazer para garantir que a efetiva diversidade seja um componente natural e corriqueiro no quadro de colaboradores de todas as organizações, públicas e privadas.

A Lei de Cotas faz valer a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, documento aprovado como Emenda Constitucional pelo Decreto Legislativo 186/08, que destaca em seu artigo 27 o direito ao trabalho e exalta a capacidade da pessoa, relegando a âmbito secundário sua deficiência.



O preconceito é a primeira barreira atitudinal a ser suplantada. A Lei de Cotas, que tem como objetivo final não mais ser obrigatória ou necessária, é um eficaz instrumento na conquista de autonomia das pessoas com deficiência.

Consumidores

De acordo com o Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 14,5% da população brasileira, o equivalente a 24,6 milhões de pessoas, possui algum tipo de deficiência. Essa parcela significativa da sociedade tem grande potencial como força econômica, na geração de riquezas do país.

Fórum de Empregabilidade

No ano de 2008, a **Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência** assinou um convênio com a **Serasa Experian** para lançar o **Programa de Empregabilidade de Pessoas com Deficiência**. Trata-se de uma iniciativa que promove a articulação de ações de inclusão no mercado de trabalho.

O programa é um aperfeiçoamento do empreendimento criado pela Serasa Experian. Entre 2001 e 2007, foram formadas 12 pessoas com deficiência por semestre. Entre 2008 e 2009, já com a parceria da **Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, foram 200 formados. O índice de empregabilidade do Programa é de 98%.

Em outubro de 2009, a **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, o **Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social** e a **Serasa Experian** lançaram o **Fórum de Empregabilidade de Pessoas com Deficiência**. O Fórum, integrado por importantes empresas e organizações de todos os setores, consiste na reunião e no compartilhamento de conhecimento e experiências acerca da empregabilidade das pessoas com deficiência, bem como, mobiliza, sensibiliza e ajuda tecnicamente os diversos setores da sociedade brasileira a promover, desenvolver e se comprometer com ações que ampliem o grau de empregabilidade das pessoas com deficiência.

4

Desenho Universal

O que é Desenho Universal?

Quando andamos pelas ruas, usamos uma cabine telefônica ou nos hospedamos em um hotel, nem paramos para pensar que o acesso a esses lugares é condição fundamental para a participação social e a livre circulação dos cidadãos.

Quando temos, ao invés de escadas, rampas para chegar a um shopping center, sabemos que esse local foi construído de forma universal, porque um cadeirante, por exemplo, também poderá frequentá-lo. Ser universal é contemplar a todos.

Da mesma forma, podemos pensar em nossas calçadas, que, quando construídas de forma planejada, com postes, orelhões e lixeiras alinhados, deixando espaço livre para a circulação de pedestres, estaremos praticando o conceito de Desenho Universal. A questão da mobilidade na construção das cidades, tendo como foco a promoção da facilidade de deslocamento e a garantia de acessibilidade universal aos espaços urbanos, é uma decorrência do conceito de Desenho Universal e uma preocupação crescente de toda a sociedade.

O conceito de Desenho Universal está estabelecido na Lei 10.098/2000 e no Decreto 5.296/2004, com normatização pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, NBR 9050. Sua definição legal é:



Uma concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

O Desenho Universal baseia-se no respeito à diversidade humana e promove a possibilidade de livre movimentação, funcionalidade e acesso a produtos, serviços e comunicação em condições de igualdade. Assim, o conceito de Desenho Universal objetiva a inclusão social das pessoas com deficiência, idosos, gestantes, pessoas com mobilidade reduzida, enfim, de todas as pessoas, viabilizando o acesso das mesmas aos bens e serviços sociais. A idéia é simplificar e promover igualdade, sem gerar os constrangimentos que a falta de acessibilidade provoca.

Os Sete Princípios do Desenho Universal

Os princípios abaixo podem ser aplicados a tudo o que criamos e produzimos, sejam produtos, serviços, metodologias e sistemas, a saber:

1. Princípio Igualitário - Uso Equiparável

Ser útil a pessoas com capacidades diversas, proporcionando usabilidade a todos.

2. Princípio Adaptável - Uso Flexível

Ser adaptável e adequado a pessoas com diferentes habilidades e preferências individuais.

3. Princípio Óbvio - Uso Simples e Intuitivo

Ser de fácil compreensão, independentemente da experiência, conhecimento do idioma, habilidade, nível de formação e concentração do usuário.

4. Princípio Conhecido - Informação de Fácil Percepção

Quando a informação necessária é transmitida de forma a atender a todos, independentemente do idioma, dificuldades de visão ou audição. A comunicação deve ser eficaz, através de recursos pictográficos, verbais ou táteis.

5. Princípio Seguro - Tolerante ao Erro

Visa minimizar riscos e consequências negativas decorrentes de ações acidentais ou involuntárias.

6. Princípio Esforço Mínimo - Baixo Esforço Físico

Estabelece que o uso deve ser eficiente e confortável, com o mínimo esforço, evitando a fadiga.

7. Princípio Abrangente - Dimensão e Espaço para Aproximação e Uso

Determina que o tamanho e espaço para aproximação, alcance, manipulação e uso sirvam a todos, independente da estatura, tamanho do corpo (obesos, anões, etc.), postura ou mobilidade.



Vida Independente

Criar um ambiente acessível é melhor e mais seguro para todos, mas seus custos são questionados. Entretanto, o que se observa na prática é exatamente o contrário, já que é mais caro adaptar um espaço que não foi construído de forma acessível, além do que nem sempre é possível acessibilizar o que não foi concebido como tal. Por isso é importante criarmos uma cultura e praticarmos o Design Universal.

Por meio dos critérios do Desenho Universal, as pessoas com deficiência podem viver desfrutar de uma vida mais e mais independente.

O conceito de Vida Independente é peça chave no cenário da acessibilidade. Na década de 60, na cidade de Berkeley, Califórnia, Estados Unidos, Ed Roberts e mais sete companheiros, todos com deficiência físi-



ca, ficaram conhecidos como o grupo dos "Rolling Quads" (ou "Tetra Rolantes", por serem tetraplégicos e se locomoverem em cadeiras de rodas). Lembre-se que os Rolling Stones eram sucesso nessa época, daí a brincadeira. Eles fundaram o primeiro Centro de Vida Independente, que impulsionou o conceito de acessibilidade, a partir de valores e princípios, abaixo descritos:

- **As pessoas com deficiência é que sabem o que precisam para ter melhor qualidade de vida;**
- **Suas necessidades variam, como as de qualquer ser humano, e, por isso, devem ser atendidas por uma variedade de serviços e equipamentos;**
- **A Tecnologia Assistiva pode significar a diferença entre a dependência e a independência;**
- **As pessoas com deficiência devem viver com dignidade, integradas em suas comunidades;**
- **A cidadania não depende do que uma pessoa é capaz de fazer fisicamente, mas, sim, das decisões que ela puder tomar por si só;**
- **A pessoa com deficiência é que deve ter o controle de sua situação;**
- **A autodeterminação, a autoajuda e a ajuda mútua são processos que liberam as pessoas com deficiência para controlar suas vidas;**
- **A integração entre pessoas com diferentes deficiências facilita a integração entre pessoas com e sem deficiência;**
- **Vida Independente é um processo em que cada agente ajuda a moldá-la e mantê-la, e não um produto para ser consumido indistintamente por diversos tipos de usuários.**

Moradias com Desenho Universal na CDHU

A **Secretaria de Estado da Habitação** vem promovendo mudanças em sua política governamental, cujo objetivo é a criação de um novo padrão de moradia, que atenda de forma mais eficaz às necessidades da população.

O Decreto Estadual 53.485/08, por iniciativa das **Secretarias de Estado da Habitação e dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, tornou obrigatória a construção de habitações de interesse social totalmente acessíveis, para que possam ser utilizadas por qualquer pessoa, inclusive com deficiência, de forma funcional, com conforto, sem barreiras físicas.

A **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU** já está construindo e entregando moradias acessíveis, que, em comparação com as antigas, possuem as seguintes inovações:

- área útil de até 64m², contra cerca de 40m² do padrão anterior;
- implantação do terceiro dormitório;
- portas e corredores com largura de 90 cm;
- espaço para manobra de cadeira de rodas na cozinha e no banheiro;
- interruptores e tomadas em alturas adequadas para todos os usuários, interruptores paralelos para os quartos e corredores,
- campanha com sinais sonoros e luminosos;
- aquecimento da água por meio de placas solares, o que proporcionará economia de energia elétrica;
- pé-direito mais alto, 2,4m para 2,6m;



- piso cerâmico em toda a casa;
- azulejos na cozinha e banheiro;
- laje;
- esquadrias de alumínio e estrutura de metal nos telhados;
- abrigo para o botijão de gás;
- área de serviço coberta;
- muro divisório entre as casas;
- conjuntos habitacionais com tratamento paisagístico nas ruas, calçadas e espaços livres;
- rampas, pisos antiderrapantes e com diferença de textura;
- barras de proteção, cores contrastantes;
- guias rebaixadas para a travessia de ruas;
- sistemas de comunicação adequados;
- oferta de atividades de lazer e espaços de convivência inclusivos;
- área reservada para instalação de elevadores.



Para Idosos

A terceira idade também foi contemplada com um programa especial. A CDHU criou o condomínio Vila Dignidade, voltado exclusivamente a idosos de baixa renda. São 22 casas, com sala e cozinha conjugadas, um dormitório, banheiro, área de serviço e um quintal que pode ser utilizado como horta, mais auxílio e pronto-atendimento de uma gama de profissionais da área da saúde. Nas residências foram incorporados itens como barras de apoio, pias e louças sanitárias em altura adequada, bem como portas e corredores mais largos, além de outras inovações acima mencionadas.

Dezenas de cidades receberão unidades da Vila Dignidade. O principal critério para a seleção é o compromisso da administração municipal, que investirá conjuntamente com o Estado na concretização do projeto.

Cidade sem Postes

Entre as políticas públicas que a **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência** pretende ver encampadas pelos municípios está a que elimina os postes, fios e cabos das calçadas e da paisagem urbana, tornando-os mais bonitos e acessíveis a todos. A solução é o aterro do cabeamento dos condutores de energia elétrica, telefonia e outros serviços, como já vem sendo feito em diversos países do mundo e em alguns pontos de importantes cidades brasileiras.

O primeiro passo desse processo de transformação de longo prazo é a exigência de que todos os novos loteamentos e condomínios, bem como os projetos de reurbanização de áreas já existentes, se adéquem e cumpram a regra, que deve ser acompanhada da padronização do piso das calçadas, com a utilização de materiais e critérios técnicos que permitam a livre circulação de todos os cidadãos.

Além de melhorar a estética e a acessibilidade, o aterramento proposto abre espaço para medidas de cunho ecológico, pelo plantio de árvores e plantas, preservando-se a acessibilidade local.

Acessibilidade Digital

O conceito de Desenho Universal não passa apenas pela questão arquitetônica e urbanística. Atualmente, uma das questões mais relevantes é a da acessibilidade digital, em páginas da Web, programas, aplicativos e interfaces gráficas, em toda a gama de equipamentos que fazem parte da vida contemporânea. A questão é considerar a variedade de contextos de interação, bem como as dificuldades potenciais de uso relacionadas aos diversos tipos de deficiência. Muitas vezes o usuário pode se encontrar nas seguintes situações:

- **não ser capaz de ver, ouvir, se mover ou processar certos tipos de informação;**
- **ter dificuldade de ler ou compreender textos;**
- **não ser capaz de operar o teclado ou o mouse;**
- **estar usando um monitor que não processa imagens ou é pequeno demais;**
- **não entender com fluência a linguagem do aplicativo;**
- **estar em uma situação onde o uso dos olhos, dos ouvidos ou das mãos está comprometido;**
- **estar usando uma versão do browser e/ou do programa, que não permite acesso ao conteúdo desejado.**

É a partir destas questões que surge a necessidade de desenvolver formatos em que a questão do acesso de todos os usuários, inclusive daqueles com deficiência, esteja garantido. Assim, é absolutamente necessário que, por exemplo, uma página da Internet atenda às recomendações de acessibilidade tanto para usuários com computadores comuns quanto para usuários que estejam interagindo a partir de um sintetizador de voz (para deficientes visuais).

Nesse sentido, o **Word Wide Web Consortium – W3C**, instituição global que promove padrões de acessibilidade digital, trabalha para universalizar a possibilidade de acesso e uso da internet, assim como de todos os recursos oferecidos pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs).

A acessibilidade digital é uma prioridade da **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, cujo site, www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br, é referência na utilização dos padrões do W3C, o que tem merecido prêmios e o reconhecimento dos usuários.



Educação Física, Paradesporto e Lazer

A inclusão da pessoa com deficiência passa, também, pelo acesso a atividades de esporte e de lazer, no processo de reabilitação, na escola e no dia-a-dia. Com a instituição do **Comitê de Apoio ao Paradesporto**, em outubro de 2008, que elaborou o primeiro **Plano de Ação Paradesportivo**, deu-se início a medidas para acelerar a inclusão de pessoas com deficiência nas atividades de educação física, esporte e lazer, oferecidas pelo **Governo do Estado de São Paulo**. Este ano, a **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência** realizará vinte Seminários de Esporte e Lazer, visando capacitar 3,6 mil professores de educação física, dos 645 municípios paulistas, para que as crianças, jovens e adultos com deficiência não fiquem de fora dessas atividades.

No campo do paradesporto, várias são as iniciativas de fomento previstas pelo **Plano de Ação Paradesportivo**. O incentivo à prática de modalidades paraolímpicas em todos os níveis, da iniciação em clubes e escolas, ao fortalecimento de centros de formação de atletas de ponta, tem por objetivo contribuir, inclusive, com a participação brasileira em Paraolimpíadas e nas principais competições internacionais.

Nesse sentido, importante que mais e mais pessoas tenham conhecimento sobre o histórico do paradesporto, suas modalidades e evolução, tendo em vista o potencial de transformação e o impacto psico-comportamental que pode provocar, não só nas pessoas com deficiência, mas, também, na sociedade em geral.

O que é?

O esporte tem comprovada importância na qualidade de vida de qualquer pessoa, contribuindo para o desenvolvimento físico, mas, também, no caso das pessoas com deficiência, na reabilitação e na inclusão junto à sociedade. Mais do que tudo, o esporte pode lhes propiciar independência.

O esporte para pessoas com deficiência existe há mais de 100 anos. Nos séculos 18 e 19 a contribuição das atividades esportivas foi maior no sentido da reeducação e da reabilitação. Depois da I Grande Guerra (1914/1918), a fisioterapia e a medicina esportiva surgiram como recursos importantes na recuperação de feridos.

As primeiras notícias da existência de clubes esportivos para pessoas surdas datam de 1888, em Berlim, Alemanha. Em agosto de 1924, foram realizados, em Paris, os Jogos do Silêncio, com a participação de 145 atletas, de nove países europeus. Essa foi a primeira competição internacional para pessoas com deficiência.

Em 1944, ainda durante a II Grande Guerra, o governo britânico contratou o neurocirurgião alemão Dr. Ludwig Guttmann, para trabalhar na reabilitação de veteranos de guerra, dando origem ao Centro Nacional de Lesionados Medulares de Stoke Mandeville. Dr. Guttmann fez uso da prática esportiva como parte do tratamento médico, o que o motivou a organizar a primeira competição para atletas em cadeiras de rodas, denominada Stoke Mandeville Games, no dia 29 de julho de 1948, exatamente a data da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres. Em 1952, ex-soldados holandeses também participaram e, juntamente com os ingleses, fundaram a ISMGF – International Stoke Mandeville Games Federation (Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville), que serviu como base para a criação do que hoje conhecemos como movimento paraolímpico.

Em 1960, o comitê organizador de Stoke Mandeville realizou os jogos em Roma, logo após os Jogos Olímpicos. Usando os mesmos espaços esportivos e o mesmo formato das Olimpíadas, 400 atletas, de 23 países, participaram da primeira Paraolimpíada. A partir de Roma, sempre a cada quatro anos, os jogos vêm sendo realizados de forma cada vez mais organizada e com um número crescente de países participantes. Até os jogos de 1972, na Alemanha, apenas atletas em cadeiras de rodas participavam oficialmente dos jogos. Em 1976, nas Paraolimpíadas de Toronto, Canadá, houve a inclusão dos atletas cegos e amputados, e a partir de 1980, em Arnhem, na Holanda, a inclusão dos paralisados cerebrais.

O dinamismo e a força do movimento paraolímpico levou seus organizadores a mais um desafio: realizar a primeira Paraolimpíada de Inverno, em 1976, em Ornskoldsvik, Suécia.

Com o sucesso mundial no desenvolvimento do esporte paraolímpico e a crescente pressão dos países membros, em 22 de setembro de 1989, em Dusseldorf, Alemanha, é criado o IPC – Internacional Paralympic Committee, que é a entidade responsável por conduzir o programa em nível mundial. O Brasil é representado oficialmente junto ao IPC pelo CPB – Comitê Paraolímpico Brasileiro.

O esporte paraolímpico é praticado por atletas com deficiência física, intelectual e visual. Por opção, os atletas com deficiência auditiva possuem uma organização própria, o CISS – Conselho Internacional de Esportes para Surdos, criado em 1922. Recentemente, suas competições passaram a ser denominadas Deaf Olympics – Surdos Olímpicos.

Movimento Paraolímpico no Brasil

O marco inicial do movimento esportivo para deficientes no Brasil foi a exibição da equipe de basquete em cadeiras de rodas “Pan Jets”, formada por funcionários deficientes da Pan American World Airlines. Foram duas apresentações, em novembro de 1957, em São Paulo e no Rio de Janeiro. A vinda dos americanos foi possível graças aos contatos mantidos por Sérgio Seraphim Del Grande, um jovem esportista de São Paulo que, ao se acidentar em 1951, foi para os Estados Unidos da América em busca de tratamento. Sérgio retornou ao Brasil no final de 1955 e, no ano seguinte, apresentou sua experiência com a reabilitação através do esporte.

Com o sucesso alcançado nas apresentações e incentivado por amigos, Sérgio formou a primeira equipe brasileira de basquetebol em cadeiras de rodas, denominada “Azes da Cadeira de Rodas”, que fez a sua primeira exibição pública em fevereiro de 1958, em São Paulo. Em 28 de julho de 1958, foi criado o primeiro clube voltado ao esporte para pessoas com deficiência no Brasil, o CPSP – Clube dos Paraplégicos de São Paulo. No mesmo ano, no Rio de Janeiro, foi fundado o Clube do Otimismo, idealizado por Robison Sampaio de Almeida, outro nome de grande destaque no esporte paraolímpico brasileiro.

No final da década de 80, para organizar adequadamente a participação brasileira nos Jogos Paraolímpicos de Seul (1988), as três entidades nacionais então existentes (Associação Brasileira de Desporto para

Cegos – ABDC; Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas – Abradecar; e Associação Nacional de Desporto para Deficientes – ANDE), com o apoio do Governo Federal, através da Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Deficiente – CORDE, se uniram e, em reunião realizada no Rio de Janeiro, em 11 de abril de 1988, propuseram a criação do Comitê Paraolímpico Brasileiro. Em razão de impedimento legal existente, a criação do Comitê foi substituída, por meio da Portaria Interministerial Nº 1207/88, pela Comissão Paradesportiva Brasileira, formada por dois representantes do Governo Federal e pelos presidentes da ABDC, Abradecar e ANDE. A comissão assumiu toda a responsabilidade pela preparação e participação da delegação brasileira nos Jogos de Seul, 1988, e Barcelona, 1992. Os trabalhos desenvolvidos em 1988 e 1992 foram a base sólida para o estabelecimento de nova postura, que levou à fundação do CPB – Comitê Paraolímpico Brasileiro, em 9 de fevereiro de 1995.

Esportes Paraolímpicos

São eles:

Atletismo

Participam atletas com deficiência física e visual, em provas masculinas e femininas de corridas, saltos, lançamentos e arremessos. Nas provas de pista, dependendo do grau de deficiência visual do atleta, ele pode ser acompanhado por um atleta-guia, que correm ligados por uma cordinha. As competições seguem as regras da Federação Internacional de Atletismo (IAAF).

Basquetebol em Cadeira de Rodas

Começou a ser praticado nos Estados Unidos, em 1945, por ex-soldados do exército. A modalidade é uma das poucas que esteve presente em todas as edições dos Jogos Paraolímpicos. Foi a primeira modalidade paraolímpica a ser praticada no Brasil, a partir de 1958. As dimensões da quadra e a altura da cesta são as mesmas do basquete olímpico.

Bocha

Como na bocha convencional, o objetivo do jogo é lançar bolas o mais próximo possível do bolim. É permitido o uso das mãos, dos pés ou de instrumentos de auxílio para atletas com grande comprometimento nos membros superiores e inferiores. Há três maneiras de se praticar o esporte: individual, duplas ou equipes.

Ciclismo

Pessoas com paralisia cerebral, deficiência visual, amputação ou lesão medular, de ambos os sexos, competem no ciclismo, individualmente ou em equipe. As bicicletas podem ser de modelos convencionais ou triciclos, segundo o grau da lesão. O ciclista cego compete em uma bicicleta dupla, conhecida como “tandem”, com um guia no banco da frente. Para as pessoas com lesões medulares, a bicicleta é impulsionada com as mãos: é o “handcycling”. As provas são de velódromo, estrada e contra-relógio.

Esgrema

A esgrima requer dos atletas capacidade de adaptação, criatividade, velocidade, reflexos apurados, astúcia e paciência. Somente competem pessoas com deficiência locomotora.

Futebol de Cinco

É exclusivo para cegos ou pessoas com baixa visão. As partidas são em quadra de futsal adaptada ou em campos de grama sintética. O goleiro tem visão total. Junto às linhas laterais, são colocadas bandas que impedem que a bola saia do campo. As partidas de futebol de cinco são silenciosas, em locais sem eco. A bola tem guizos internos e a torcida só pode se manifestar na hora do gol.

Futebol de Sete

É praticado por atletas do sexo masculino, com paralisia cerebral, decorrente de sequelas de traumatismo crânio-encefálico ou acidentes vasculares cerebrais. Cada time tem sete jogadores incluindo o goleiro.

Goalball

Foi criado em 1946, com o objetivo de reabilitar veteranos da II Guerra Mundial com deficiência visual. A quadra tem as mesmas dimensões do vôlei (9m de largura por 18m de comprimento). Cada equipe conta com três jogadores titulares e três reservas. De cada lado da quadra tem um gol com nove metros de largura e 1,2 de altura. Os atletas são, ao mesmo tempo, arremessadores e defensores.

Halterofilismo

Os atletas são categorizados por peso corporal, como no halterofilismo convencional. Podem competir atletas amputados, com paralisia cerebral e com lesões na medula.

Hipismo

É praticado por atletas com vários tipos de deficiência. A competição é mista, com cavaleiros e amazonas competindo juntos nas mesmas provas.

Judô

Nesta modalidade os atletas deficientes visuais e cegos competem juntos e a divisão é feita por peso.

Natação

Competem atletas com todos os tipos de deficiência. As adaptações são feitas nas largadas, viradas e chegadas. Os nadadores cegos recebem um aviso do "tapper", por meio de um bastão com uma ponta de espuma, quando estão se aproximando das bordas. A largada também pode ser feita na água, no caso de atletas de classes mais baixas, que não conseguem sair do bloco. As baterias são separadas de acordo com o grau e o tipo de deficiência.

Remo

Estreou nos Jogos Paraolímpicos de Pequim. A Federação Internacional de Remo (FISA) é o órgão máximo mundial. As corridas são realizadas em um percurso de 1000 metros para todas as quatro classes.

Tênis de Mesa

Destinados a atletas com deficiência intelectual e física, em cadeira de rodas ou em pé. A raquete pode ser amarrada na mão do atleta para facilitar o jogo.



Tênis em Cadeira de Rodas

Competem em cadeiras de rodas pessoas diagnosticadas com deficiência na locomoção e, que, como resultado dessa deficiência, não conseguem participar de competições convencionais. É usada a quadra com piso de saibro ou sintético.

Tiro

As regras variam de acordo com a prova, a distância, o tipo do alvo, posição de tiro, número de disparos e o tempo que o atleta tem para atirar.

Tiro com Arco

Competem arqueiros em cadeiras de rodas, paralisados cerebrais, amputados e outros. Há disputas individuais e por equipe.

Vela

Pessoas com deficiência locomotora ou visual podem competir na modalidade. Três tipos de barco são utilizados nas competições paraolímpicas: classe 2.4mR, tripulado por um único atleta; classe Sonar, com três atletas; e SKUD-18, para dois tripulantes paraplégicos, sendo um obrigatoriamente do sexo feminino.

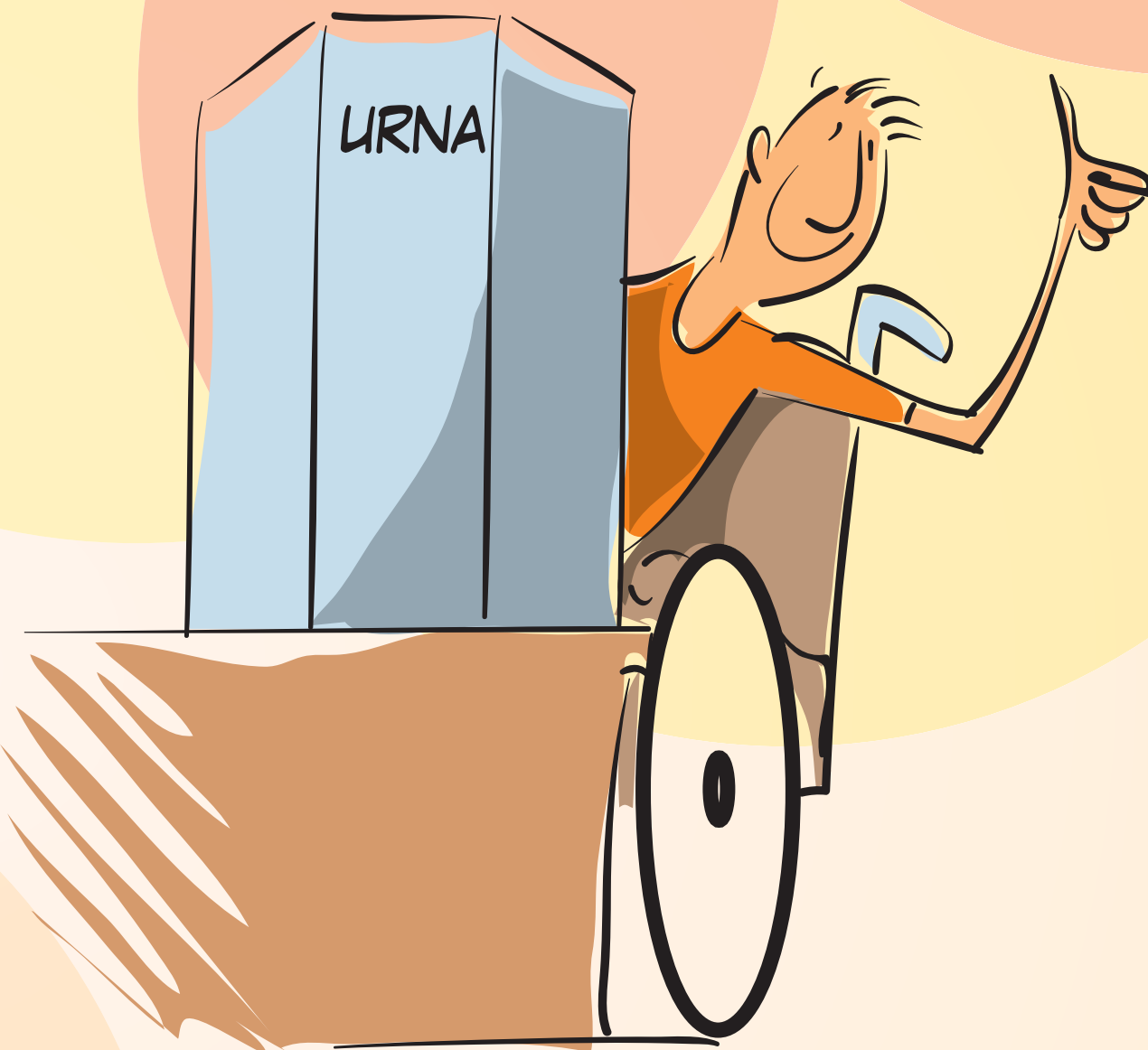
Voleibol

Competem atletas com amputação, principalmente de membros inferiores, e outros tipos de deficiência locomotora. A quadra é menor, com 10m x 6m, e a altura da rede é de 1,15m do solo, no masculino, e 1,05m para o feminino



6

Cidadania, Direitos e Valorização do Voto



Não há cidadania sem o pleno respeito ao Estado de Direito, como não pode haver plena inclusão da pessoa com deficiência sem que seus direitos sejam totalmente conhecidos e respeitados. Nas últimas três décadas, o Brasil deu grandes saltos qualitativos à medida que o ordenamento jurídico nacional foi aperfeiçoado com uma extensa rede legal de proteção ao cidadão em geral, e, em particular, a diversos segmentos da sociedade que necessitam de proteção especial. Este é o caso das pessoas com deficiência, que, em grande medida, exigem tratamento diferenciado para poder usufruir dos direitos garantidos a todos. Nesse sentido, a aprovação da **Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, pelo Congresso Nacional, com status de norma constitucional, representa um marco histórico da luta pela inclusão desse segmento, embora, ainda, haja muito a ser feito para que essas leis sejam efetivamente cumpridas.

O Voto

O voto é o principal instrumento de exercício da democracia. Por meio dele, o cidadão elege os seus governantes e representantes, bem como, participa de plebiscitos, colaborando nas principais questões nacionais.

Seu exercício é facultativo entre 16 e 18 anos, a partir dos 70 anos e para analfabetos, sendo obrigatório para todos os brasileiros entre 18 e 70 anos, sob pena de multa e perda de outros direitos.

O Voto da Pessoa com Deficiência

Como os demais cidadãos, a pessoa com deficiência é obrigada a exercer o voto entre os 18 e 70 anos. Porém, a Resolução nº 21.920/04, do Tribunal Superior Eleitoral, estabelece que “não estará sujeita a sanção” a pessoa com deficiência para a qual se “torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das obrigações eleitorais, relativas ao exercício do voto”.

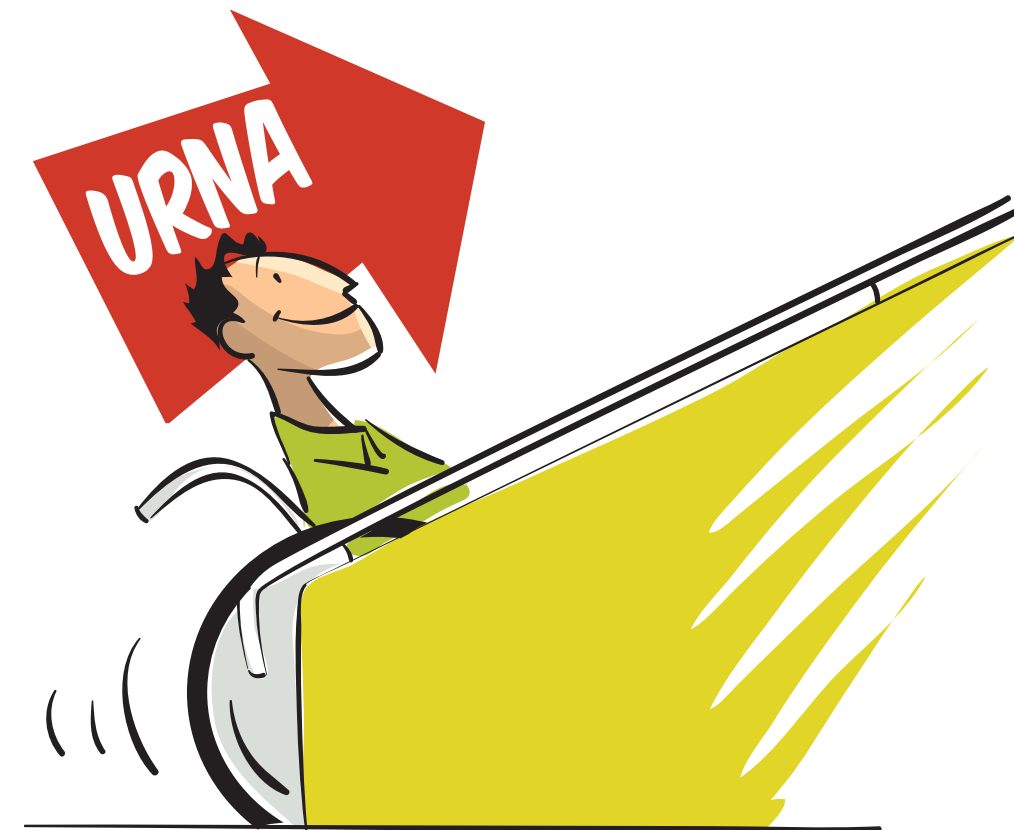
Essa regra, somada à falta de acessibilidade no transporte público e em boa parte dos locais de votação das cidades brasileiras, faz com que um número significativo de pessoas com deficiência não exerçam esse importante direito constitucional, deixando, assim, de influenciar no desenvolvimento do país.

A **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência** vem trabalhando para modificar a realidade atual, incentivando o exercício do voto e trabalhando junto aos órgãos competentes pela acessibilização de todos os locais de votação.

Acessibilidade nas Seções de Votação

De acordo com o Decreto Federal nº 5.296/04, “as urnas das seções eleitorais devem ser adequadas ao uso com autonomia pelas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, além de estarem instaladas em local de votação plenamente acessível e com estacionamento próximo”.

Uma verificação do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, entre maio e julho de 2009, mostrou que, 76% dos locais de votação na Capital e 77% no interior não apresentavam condições plenas de acessibilidade. Ou seja, na Capital, 782 escolas estaduais, 411 municipais e 232 particulares necessitam de algum tipo de adequação para o acesso de pessoas com problemas de locomoção. No interior, mais de 5 mil estabelecimentos utilizados para votação precisam ser adaptados, o que demonstra o grau de dificuldade que as pessoas com deficiência encontram para exercer esse direito fundamental.



Juntamente com o **Tribunal Regional Eleitoral**, a Procuradoria Regional Eleitoral e os promotores públicos do interior, a **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo** vem empreendendo esforços para que a lei seja cumprida, no sentido de garantir o exercício do voto a todos os cidadãos paulistas. Esse trabalho conjunto começa pela conscientização da população em relação aos seus direitos, quanto à necessidade de exigí-los e exercê-los, bem como pelo treinamento de mesários e funcionários da Justiça Eleitoral, para que dêem toda a atenção necessária para que todos os cidadãos consigam votar. Paralelamente, de forma crescente, estão sendo oficiados os responsáveis por estabelecimentos utilizados nas Eleições, para que se adéquem e cumpram a legislação que determina a garantia de acesso de pessoas com deficiência aos edifícios de uso coletivo, públicos e privados.

VOTE E EXIJA OS SEUS DIREITOS!



Unidade Móvel - Rede de Reabilitação Lucy Montoro

**Secretaria de Estado dos Direitos
da Pessoa com Deficiência**



Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Governo do Estado de São Paulo

Avenida Auro Soares de Moura Andrade, 564 - Barra Funda
São Paulo - SP - Brasil - 01156-001
Telefone: 55 11 5212-3700

email: faleconosco@pessoacomdeficiencia.sp.gov.br
website: www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br

